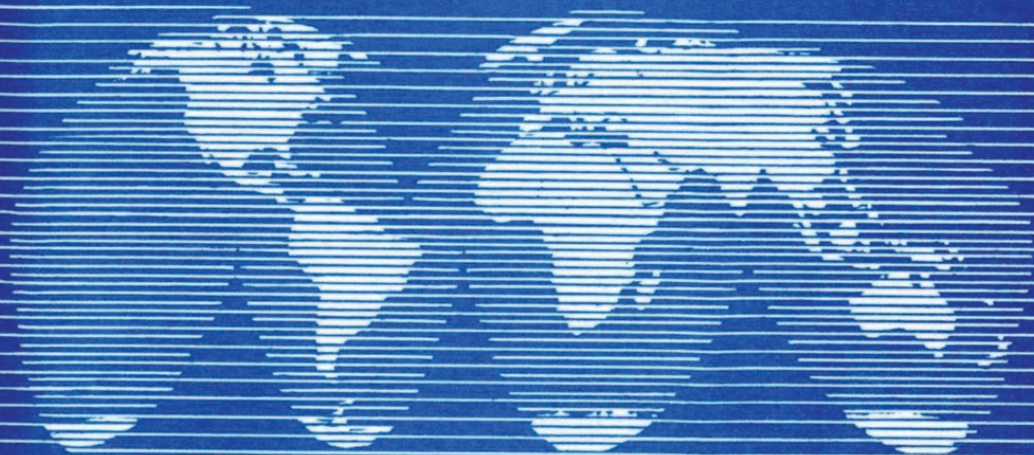


INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

MOBILIDADE GEOGRÁFICA E SOCIOPROFISSIONAL DA POPULAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA ¹

MARIA LUCINDA FONSECA ²

1. INTRODUÇÃO

Um dos factos mais importantes da evolução demográfica, económica e social do País, nas últimas décadas, foi a dimensão das correntes migratórias, externas e internas da população portuguesa.

Entre 1950 e 1981 deixaram o Continente 1132986 emigrantes legais e estima-se em 617821, o número de saídas clandestinas para França entre 1960 e 1980 ³.

No que se refere às migrações inter-regionais, embora não existam, em Portugal, registos de mudança de residência, a avaliar pelas transformações verificadas na distribuição da população, facilmente nos apercebemos da sua importância: progrediu o processo de urbanização e acentuou-se o fenómeno da litoralização do povoamento, com a concentração da população nas áreas metropolitanas de Lisboa (A.M.L.) e do Porto (A.M.P.), particularmente na primeira, e, em menor grau, em torno de alguns outros pólos urbano-industriais ou turísticos do litoral e, mesmo nas regiões mais repulsivas, as localidades principais apresentaram aumentos demográficos ou diminuições bastante inferiores às do restante território.

¹ O texto deste artigo é uma adaptação resumida de alguns aspectos desenvolvidos numa dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FONSECA, 1988) e foi apresentado nas I^{as} Jornadas de Geografia Humana realizado pelo Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra durante os dias 18 e 20 de Abril de 1989.

² Professora do Departamento de Geografia e colaboradora do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

³ O valor da emigração clandestina refere-se ao total do País.

O processo de concentração da população na região de Lisboa foi particularmente acentuado no período posterior a 1950. No entanto, desde o princípio do século que a percentagem dos seus habitantes em relação ao total do Continente não tem parado de crescer: em 1990 a % de população residente nos concelhos que actualmente fazem parte da A.M.L.⁴ não ia além de 11,3%; em 1920 atingia apenas 13,6%; em 1930 subiu para 15,0%; em 1970 chegou aos 22,7% e, em 1981, representava já 26,9%.

Na década de oitenta, segundo estimativas efectuadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (INE/CCR Alentejo, 1990), a população da A.M.L. terá crescido a uma taxa equivalente à do País e, por isso, o seu peso relativo manteve-se estável, prevendo-se mesmo uma ligeira diminuição até ao fim do milénio. Todavia, os dados da *Actualização do Recenseamento Eleitoral* indicam uma tendência para a estabilização ou pequeno aumento do peso da A.M.L. no total da população residente em Portugal Continental dado que o número de eleitores inscritos na aglomeração de Lisboa representava, em Maio de 1989, 27,6% dos eleitores registados no território do Continente.

O crescimento populacional da região de Lisboa resulta de um processo de desenvolvimento espacialmente concentrado, baseado fundamentalmente na industrialização e na tentativa de modernização da economia portuguesa no após-guerra. Assim, as funções de Lisboa como capital de um vasto império colonial fizeram crescer o volume do emprego na administração, comércio e serviços e, juntamente com o desenvolvimento da indústria e da construção civil e obras públicas, contribuíram para acentuar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalho nesta região.

O subdesenvolvimento de Portugal em relação aos restantes países europeus, a emergência de novas formas de valorização do capital e processos de trabalho e a reestruturação da divisão internacional do trabalho, determinaram uma mudança do rumo da política económica do Estado Novo. A Lei do Condicionamento Industrial (1945) e o lançamento do primeiro Plano de Fomento (1953-1958) constituem duas referências importantes do esforço de industrialização deste período.

A hegemonia económica e política da grande burguesia agrária foi

⁴ Em virtude de não existir uma delimitação administrativa do território da Área Metropolitana de Lisboa, considerámos como fazendo parte dela, não só os concelhos nitidamente suburbanos mas também aqueles que, embora mais afastados, mantêm ligações frequentes com a Capital e se encontram em expansão urbana: Arruda dos Vinhos, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Amadora, Benavente, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

perdendo terreno em favor do capital industrial e financeiro e acentuou-se a oposição cidade-campo. O desemprego e subemprego agrícola resultantes quer do imobilismo, quer da mecanização da agricultura, desencadearam fortes correntes migratórias internas para as áreas urbano-industriais do Litoral, particularmente para a região de Lisboa e, mais tarde, também para os países da Europa Ocidental.

O baixo nível de desenvolvimento da agricultura, a falta de investimentos nas regiões do Interior e o escoamento dos recursos dessas áreas (mão-de-obra e capital) para as regiões mais desenvolvidas, contribuíram para acentuar ainda mais a concentração da população e das actividades económicas em áreas restritas e, por conseguinte, aumentar as diferenças inter-regionais.

Para manter o baixo preço dos produtos agrícolas e, consequentemente, da força de trabalho, o Governo, ainda antes da Guerra, lançou uma política de subvenções e subsídios variados à agricultura, de que beneficiaram sobretudo os latifundiários. No entanto, na maior parte dos casos, os lucros do sector e os subsídios recebidos foram canalizados para outras actividades, nomeadamente para a banca e especulação imobiliária nas grandes cidades, particularmente em Lisboa. Geraram-se assim grandes excedentes de trabalhadores agrícolas (pequenos camponeses arruinados e assalariados sem emprego) que constituíam uma importante reserva de mão-de-obra para as indústrias transformadoras, construção civil e comércio e serviços das principais aglomerações urbanas e, a partir dos primeiros anos da década de sessenta, correspondendo à escassez de força de trabalho pouco qualificada nos países economicamente mais avançados da Europa Ocidental, passaram também a abastecer esses novos mercados iniciando-se aquilo a que Orlando Ribeiro chamou «a grande debandada» (RIBEIRO, 1971 — citado por SALGUEIRO, 1983, p. 122).

O crescimento da emigração para a França e R.F.A. acabou por provocar a falta de trabalhadores, sobretudo nos campos e, por conseguinte, o aumento dos salários agrícolas, pelo que o Governo tomou fortes medidas restritivas à saída de gente para o estrangeiro⁵. No entanto, na prática, as proibições oficiais revelaram-se infrutíferas, conduzindo apenas ao desenvolvimento das saídas clandestinas.

⁵ É importante salientar a contradição existente entre as múltiplas proibições oficiais e os incentivos para atrair as poupanças dos emigrantes, engrandecendo-se e dignificando-se a figura dos trabalhadores emigrados.

As remessas dos emigrantes passaram a ter um papel fundamental no equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa, representando, em 1973, 58,6% do valor global das exportações desse ano.

O ciclo emigratório para a Europa só terminou quando a crise dos anos setenta obrigou os países de destino tradicional dos nossos emigrantes a fechar-lhes a portas ou a limitar-lhes as entradas. A recessão económica e as transformações que dela decorreram iniciaram assim um novo período na história das migrações europeias: as principais nações importadoras de mão-de-obra impuseram fortes medidas restritivas à imigração e começaram a incentivar os movimentos de retorno; a imigração individual, predominantemente masculina, característica dos anos sessenta, deu lugar à reunificação familiar; a procura de trabalhadores não qualificados sofreu uma quebra muito profunda e, em contrapartida, aumentaram as migrações de pessoal com altos níveis de qualificação⁶; inverteu-se a orientação das principais correntes migratórias — a emigração transformou-se em regresso ao país de origem (WHITE, 1986).

Ao nível interno, a A.M.L. constituiu o principal foco de atracção dos emigrantes rurais, e, apesar de ter sido a região do País mais afectada pela crise económica dos anos setenta, continuou a crescer: nela se fixaram cerca de metade dos retornados das ex-colónias, alberga a maior parte dos trabalhadores caboverdianos imigrados em Portugal e embora os resultados do *Recenseamento da População de 1981* indiquem já uma diminuição da sua capacidade atractiva, entre 1979 e 1981, coube ainda aos distritos de Lisboa e Setúbal, tomados em conjunto, o maior índice de atracção demográfica.

A mobilidade geográfica (interna e internacional) da população portuguesa, correspondendo às crescentes necessidades de mão-de-obra na indústria, construção civil e no comércio e serviços, foi acompanhada por uma intensa mobilidade sectorial e socioprofissional de que resultaram importantes transformações na estrutura do emprego e na composição social dos habitantes das áreas de origem e de destino dos emigrantes.

Grande número dos assalariados agrícolas e dos pequenos camponeses

⁶ A reestruturação da divisão internacional do trabalho, com a crescente internacionalização da produção e a emergência dos «novos países industrializados» incrementou a emigração temporária de pessoal altamente qualificado dos países do centro para os novos países industrializados e para os produtores de petróleo. Esta emigração é radicalmente diferente da que se desenvolveu na Europa do pós-guerra: contrastando com a marginalidade económica e social dos trabalhadores que partiam da Europa do Sul e do Norte de África rumo à França, R.F.A., Suíça ou qualquer outro país da Europa desenvolvida à procura de um emprego que lhes permitisse uma vida melhor, os novos emigrantes são frequentemente jovens técnicos ou operários qualificados que recorrem à emigração temporária, no quadro das empresas onde trabalham, como forma de ascensão económica e profissional. (Veja-se, a este propósito, OWEN e GREEN, 1989; GOULD, 1988; SALT, 1988; FINDLAY, 1988; WHITE, 1988 e THOMAS-HOPE, 1988).

que emigraram para a região de Lisboa, transformaram-se em operários da indústria, da construção civil ou em empregados subalternos da administração comércio e serviços (contínuos, porteiros, polícias, trabalhadores dos serviços de limpeza, motoristas e cobradores das empresas de transportes, empregadas domésticas internas, empregados de balcão e de restaurantes, etc.). Simultaneamente, a população autóctone ou imigrada há mais tempo, mais qualificada profissionalmente, transitava para ramos de actividades ou categorias profissionais que exigiam graus de instrução e/ou qualificações mais elevados.

Os factores estruturais que acabámos de referir traduzem-se, ao nível individual e familiar, por percursos territoriais e socioprofissionais muito diferenciados e fortemente dependentes não só da origem social mas também do lugar de nascimento e da idade com que se migra.

Não há informação estatística disponível que nos permita ver de que forma as causas estruturais se articulam com as motivações individuais da mobilidade geográfica e socioprofissional, ao longo da vida de cada indivíduo e entre gerações. No entanto um inquérito efectuado, em 1987, a 1000 famílias residentes na A.M.L., embora não represente todos os tipos de trajectórias dos habitantes da região de Lisboa, permite concluir que as origens geográfica e social são elementos diferenciadores muito importantes dos percursos de cada indivíduo ⁷.

2. ORIGEM GEOGRÁFICA E LOCAL DE RESIDÊNCIA — formação e desintegração de comunidades com a mesma base territorial de origem

Os resultados disponíveis do *Recenseamento da População de 1981* indicam, para cada concelho, o número de habitantes naturais dos diferentes distritos do Continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, do território de Macau, das ex-colónias e de outros países estrangeiros. Ora, considerando que os municípios que englobámos na A.M.L. representam 91,9% da população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal, podemos admitir que o número de habitantes da A.M.L. não naturais daqueles dois distritos constitui um bom indicador da capacidade de atracção demográfica desta região.

⁷ Efectuaram-se inquéritos em nove áreas muito diferentes quanto à sua localização na A.M.L., morfologia urbana, estrutura etária e composição social da população que nelas reside: três bairros da cidade de Lisboa (Mouraria, Alvalade e Bairro Chinês) e seis aglomerados suburbanos — três a norte do Tejo (Pontinha, Santo António dos Cavaleiros e Abóboda) e outros tantos na Margem Sul (Almada, Barreiro e Baixa da Banheira).

Segundo o último recenseamento da população, dos 2507457 habitantes da A.M.L. em 16 de Março de 1981, apenas um pouco mais de metade (53,93%) tinha nascido nos distritos de Lisboa e Setúbal. 38,31% eram naturais de outras regiões do Continente, 0,70% dos Açores e da Madeira, 0,04% do território de Macau, 5,65% das ex-colónias e 1,37% de outros países estrangeiros, sendo estes últimos, em parte, emigrantes de segunda geração regressados a Portugal.

Dos 46,07% de habitantes não naturais dos distritos de Lisboa e Setúbal, 38,31% são provenientes de outros distritos do Continente. No entanto, se observarmos a contribuição de cada um individualmente, damos conta de grandes diferenciações na A.M.L. (fig. 1).

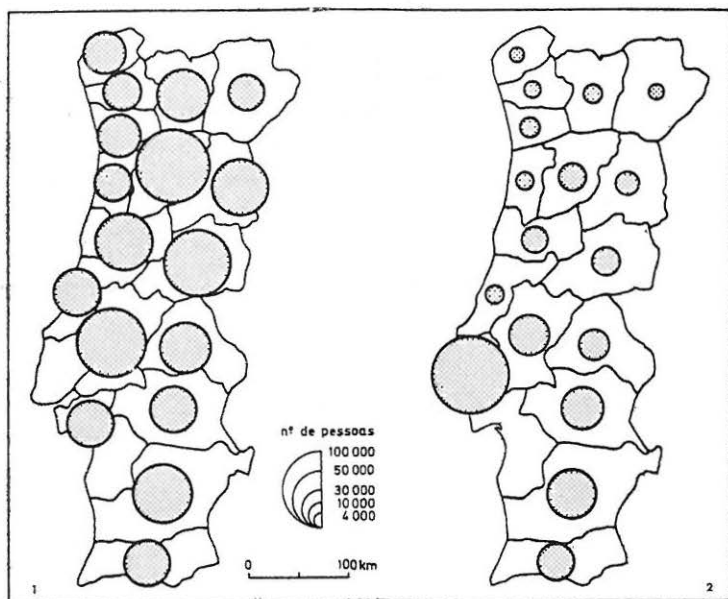


FIG. 1 — População imigrada, residente na Area Metropolitana de Lisboa em 1981, por distritos de naturalidade

1.1. — Residentes nos concelhos da A.M.L. a norte do Tejo

1.2. — Residentes nos concelhos da A.M.L. a sul do Tejo

Os maiores fornecedores de imigrantes à região da Capital são os distritos de Viseu, Beja e Castelo Branco ⁸ e os menores são Bragança, Aveiro,

⁸ A população natural do distrito de Santarém residente na A.M.L. em 1981, é superior à de Viseu. No entanto, esse facto deriva de o concelho de Benavente pertencer à A.M.L. e ao distrito de Santarém.

Braga e Porto. Assim, enquanto a população originária dos primeiros representa 30,79% dos habitantes da A.M.L., em 1981, naturais do Continente (com excepção dos distritos de Lisboa e Setúbal), a dos segundos equivale apenas a 12,10%.

Na figura 1 podemos ainda verificar que mais de 3/4 da população da A.M.L. originária de outras regiões do Continente se concentra na cidade de Lisboa e nos concelhos suburbanos a norte do Tejo. No entanto, relativamente ao total de população residente nos municípios de cada uma das margens do rio, existem grandes diferenças no peso relativo dos imigrantes provenientes de cada região: a «Outra Banda» atrai sobretudo alentejanos e algarvios, enquanto a população natural dos distritos do norte e centro do País é largamente dominante na cidade de Lisboa e nos restantes municípios situados na margem direita do rio. Ou seja, o Tejo funciona como uma barreira selectiva das comunidades originárias do Norte e do Sul de Portugal Continental.

A cartografia da percentagem da população residente em cada concelho da A.M.L., por regiões de naturalidade (fig. 2), além dos contrastes entre a Margem Norte e a Margem Sul do Tejo põe ainda em evidência importantes diferenciações interconcelhias.

A observação da figura 2 e a análise dos coeficientes de variação indicam um nível de segregação espacial relativamente elevado para todas as comunidades imigrantes, sendo a algarvia e a alentejana as que apresentam respectivamente o maior e o menor índice de segregação espacial.

Como já referimos, a população originária do Norte e Centro tem um peso relativo maior na cidade de Lisboa e nos subúrbios da margem direita do rio. Na «Outra Banda» apenas Almada e Seixal registam valores iguais ou superiores à média da A.M.L. (fig. 2.1 e 2.2).

Os alentejanos concentram-se na Moita, Barreiro e Seixal onde, pela ordem indicada, representam 20,1, 18,7 e 15,6% do total de pessoas residentes nesses concelhos; mas a Norte do Tejo, apenas Vila Franca de Xira e a Amadora registam valores superiores à média e, na cidade de Lisboa, a representação desta comunidade não vai além de 5,1%.

A distribuição espacial dos algarvios, apesar de mais concentrada do que a dos restantes grupos, apresenta um padrão semelhante ao dos alentejanos, dado que os maiores valores ocorrem nos concelhos suburbanos da Margem Sul (fig. 2.3 e 2.4).

A percentagem de habitantes naturais dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal⁹ pode considerar-se um indicador do grau de urbanização na

⁹ A inclusão de Santarém neste conjunto deve-se ao facto de Benavente pertencer a este distrito.

medida em que nas áreas mais afectadas pela expansão de Lisboa, o peso da população natural de outras regiões, tenderá a ser muito maior do que nas restantes. Assim, na figura 2.5 individualizam-se três conjuntos de concelhos que, se abstrairmos da heterogeneidade no interior do seu território, de forma geral, correspondem a três coroas com níveis decrescentes

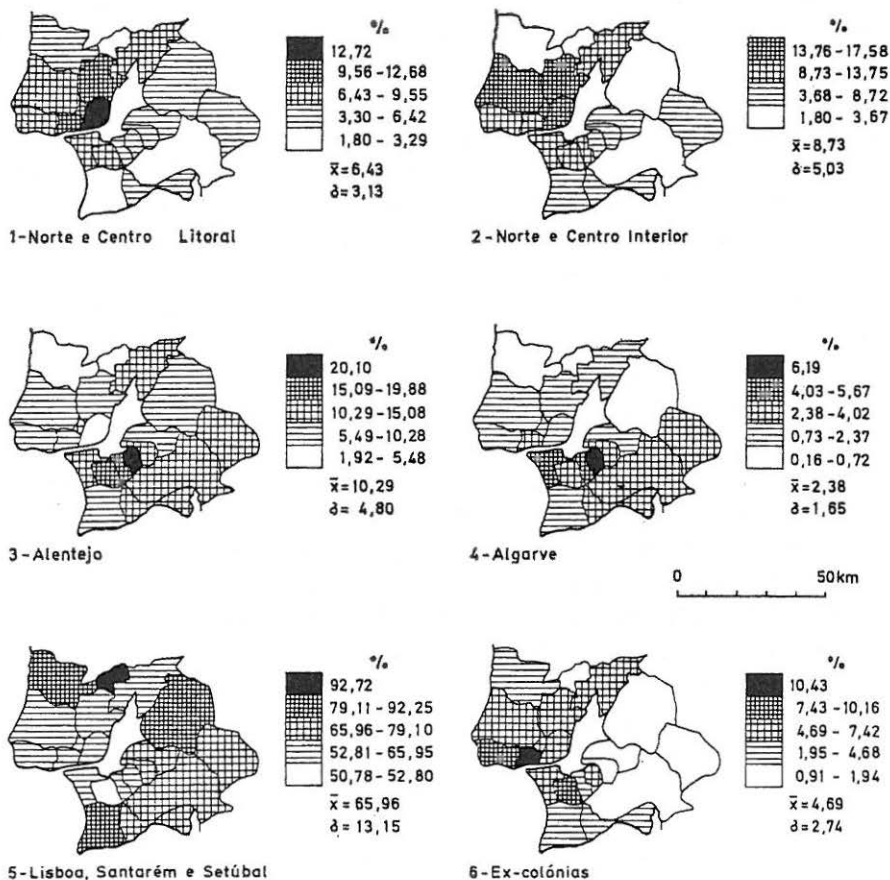


FIG. 2 — População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1981, por regiões de naturalidade

de urbanização. O primeiro grupo é constituído por Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro e Moita; do segundo fazem parte o Montijo, Alcochete, Palmela e

Setúbal¹⁰ e, no terceiro, estão incluídos os territórios mais marginais da Área Metropolitana (Mafra, Arruda dos Vinhos, Benavente e Sesimbra), com níveis de urbanização e densidades demográficas muito inferiores aos grupos anteriores e menos dependentes de Lisboa em termos de emprego.

Na figura 2 podemos ainda observar a distribuição dos habitantes nascidos nas ex-colónias africanas. Esta população representa 5,65% dos residentes na A.M.L. em 1981 e corresponde fundamentalmente aos «retornados» que, em consequência da descolonização, regressaram a Portugal a partir de 1974, e aos trabalhadores imigrados de Cabo Verde.

Apesar de muitos «retornados» terem regressado à terra de origem, 42% estabeleceram-se na aglomeração de Lisboa¹¹ e a comunidade cabo-verdiana concentra-se também na cidade e na área suburbana.

A proporção de pessoas naturais das ex-colónias no total da população residente nos 19 concelhos da A.M.L. é, como vemos na figura 2.6, bastante desigual. A maior concentração verifica-se, ao longo da linha de Cascais e no concelho do Seixal; em contrapartida, nos municípios mais marginais da A.M.L., sobretudo a sul do Tejo, tem uma expressão muito reduzida.

De entre os factores que estão na origem desta distribuição salientam-se os seguintes: 1) melhores oportunidades de emprego nas áreas mais urbanizadas, com predomínio das actividades do sector terciário, do que nas zonas industriais, dado que muitos deles foram integrados nos quadros de pessoal da administração pública, bancos, seguros e outros serviços, ou conseguiram uma colocação no comércio, restaurantes e hotéis, como assalariados, trabalhadores por conta própria ou mesmo como patrões¹²; 2) a concentração na Linha do Estoril resulta não só de esta área ser conhecida como local de férias, mas também de alguns, já antes do retorno, terem feito aí investimentos na compra de andares para rendimento, ou simplesmente por aqueles que foram provisoriamente instalados em hotéis procurarem habitação em áreas próximas; 3) na Margem Sul, a relevância do concelho do Seixal deriva de se tratar de uma área com boa acessibilidade a Lisboa, onde os preços das habitações são bastante inferiores aos praticados nos subúrbios da Margem Norte.

¹⁰ O caso de Setúbal é diferente dos restantes na medida em que a dimensão e a relativa autonomia funcional da cidade de Setúbal levam a que ele próprio funcione também como pólo de atracção para as áreas vizinhas.

¹¹ Veja-se, a este propósito, PIRES, et al., 1987.

¹² Segundo o estudo atrás referido (PIRES, et al., 1987, p. 121), em 1981, a % de população que em 31 de Dezembro de 1973 residia nas ex-colónias e exercia uma profissão em actividades do sector terciário era de 64,74% enquanto para os não-retornados esse valor não ia além de 39,85%.

A análise da origem geográfica dos emigrantes residentes na A.M.L. que chegaram à Grande Lisboa entre 1965 e 1970 e entre 1974 e 1981, comparada com as regiões de naturalidade da população da A.M.L. em 16 de Março de 1981, dá-nos conta das transformações observadas na estrutura regional dos fluxos migratórios para a aglomeração urbana de Lisboa nos anos sessenta e setenta.

A principal novidade do período compreendido entre 1974 e 1981 em relação à segunda metade da década de sessenta, consiste no reforço da componente externa no total da população imigrada.

Em 1970 a percentagem de habitantes que em 1965 residiam nos antigos territórios coloniais africanos e em países estrangeiros equivalia apenas a 1,34% do total da população da A.M.L. nascida antes daquela data; mas, os indivíduos provenientes das ex-colónias entre 1974 e 1981 representavam, só por si, 9,38% dos residentes na região de Lisboa, em 16 de Março de 1981, com sete ou mais anos de idade.

No que se refere à mobilidade geográfica interna, reforçou-se o peso dos movimentos no interior da Área Metropolitana em detrimento das migrações inter-regionais (figs. 3 e 4). Entre 1965 e 1970 os fluxos migratórios entre os distritos de Lisboa e Setúbal representavam apenas 8,0% do total de pessoas

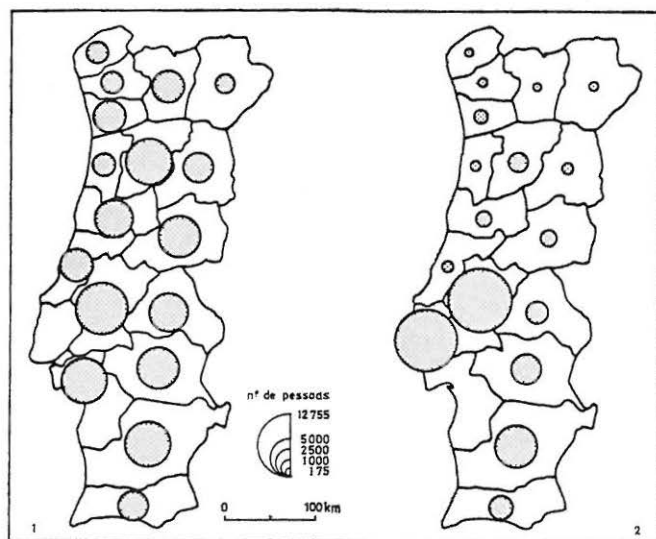


FIG. 3 — População imigrada, residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1970, por distritos de residência em 1965

3.1. — Residentes nos concelhos da A.M.L. a norte do Tejo

3.2. — Residentes nos concelhos da A.M.L. a sul do Tejo

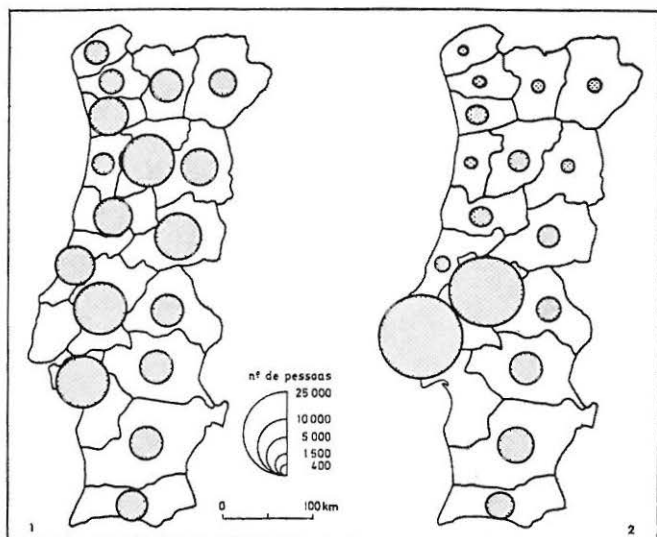


FIG. 4 — População residente na Área Metropolitana de Lisboa em 1981, por distritos de residência em 31 de Dezembro de 1973

- 4.1. — Residentes nos concelhos da A.M.L. a norte do Tejo
 4.2. — Residentes nos concelhos da A.M.L. a sul do Tejo

residentes na A.M.L. em 1970 e que em 1965 habitavam noutra distrito do Continente. Mas, entre 1974 e 1981 as trocas de população entre aqueles dois distritos equivaliam a 31,3% do volume global das mudanças de residência interdistritais dos habitantes da A.M.L. em 1981.

O crescimento de Lisboa propagou-se essencialmente para a Margem Sul do Tejo que, por este facto, entre 1970 e 1981 registou uma taxa de crescimento demográfico muito superior ao da Margem Norte (45,3% e 33,4% respectivamente).

O alastramento da suburbanização para áreas cada vez mais distantes, resultante da relativa saturação demográfica dos subúrbios mais próximos e dos elevados preços das habitações na periferia imediata de Lisboa, traduziu-se, entre outros aspectos, por um grande aumento da distância entre os locais de residência e de emprego e, por conseguinte, introduziu modificações importante na composição social e etária da população residente nas áreas que, por este processo, vão reforçando a sua integração na A.M.L..

No que se refere à origem dos imigrantes provenientes de outros distritos do Continente verificaram-se também algumas transformações dignas de nota (figs. 3 e 4).

Os distritos do Norte e Centro, tanto do litoral como do interior, reforçaram neste período, a sua participação no total de imigrantes da A.M.L. com origem noutras regiões do País. Em contrapartida, o Alentejo diminuiu bastante a dimensão absoluta e relativa dos fluxos migratórios para aquela região.

As restrições oficiais à emigração para a França e R.F.A. obrigaram muitos emigrantes potenciais a procurar «melhor sorte» noutras zonas de Portugal, particularmente na A.M.L. que, apesar da crise, continuou a ser o principal foco de convergência dos movimentos internos da população. Por sua vez, o pólo industrial de Sines e o Algarve litoral afirmaram-se como alternativa à emigração dos alentejanos para a Capital, sobretudo para os habitantes de Beja.

As áreas residenciais da população que chegou à Área Metropolitana entre 1974 e 1981, nas suas linhas gerais, apresentam uma distribuição semelhante à dos imigrantes que vieram entre 1966 e 1970, (fig. 5 e 6). Os alentejanos e algarvios têm maior representação relativa nos subúrbios da Margem Sul e a população originária do Norte e Centro continua a fixar-se maioritariamente em Lisboa e nos aglomerados suburbanos da Margem Norte. No entanto, é interessante notar que o Tejo funciona cada vez menos como uma barreira selectiva dos imigrantes do norte e do sul do País.

A diminuição da distância relativa da Margem Sul à cidade de Lisboa, com a construção da Ponte sobre o Tejo (1966), intensificou substancialmente as relações entre as duas margens do rio, estimulando a urbanização (legal e clandestina) de extensos territórios da «Outra Banda» e, de modo geral, de toda a Península de Setúbal. Além disso, a melhoria dos transportes e a instituição do «passe social» reduziu significativamente o efeito da distância no aumento dos custos de deslocação e, por isso, fez crescer a mobilidade residencial das famílias de menores recursos económicos para áreas cada vez mais afastadas, onde, pelo mesmo preço, poderiam beneficiar de melhores condições de habitação do que na cidade de Lisboa ou nos subúrbios mais próximos.

A confluência de todos estes factores conduz à integração de territórios cada vez mais vastos, à medida que as «economias» no tempo permitem uma maior aproximação dos espaços vencendo-se, desta forma, a barreira da distância geográfica.

As fronteiras entre as áreas residenciais das diferentes comunidades de imigrantes, acompanhando este processo de integração do território, tendem também a tornar-se mais fluidas. A diminuição observada nos coeficientes de variação da percentagem de população emigrada de cada região, entre 1965-1970 e 1974-1981, no total de habitantes dos concelhos da A.M.L. em 1970 e 1981, constitui a prova desta tendência.

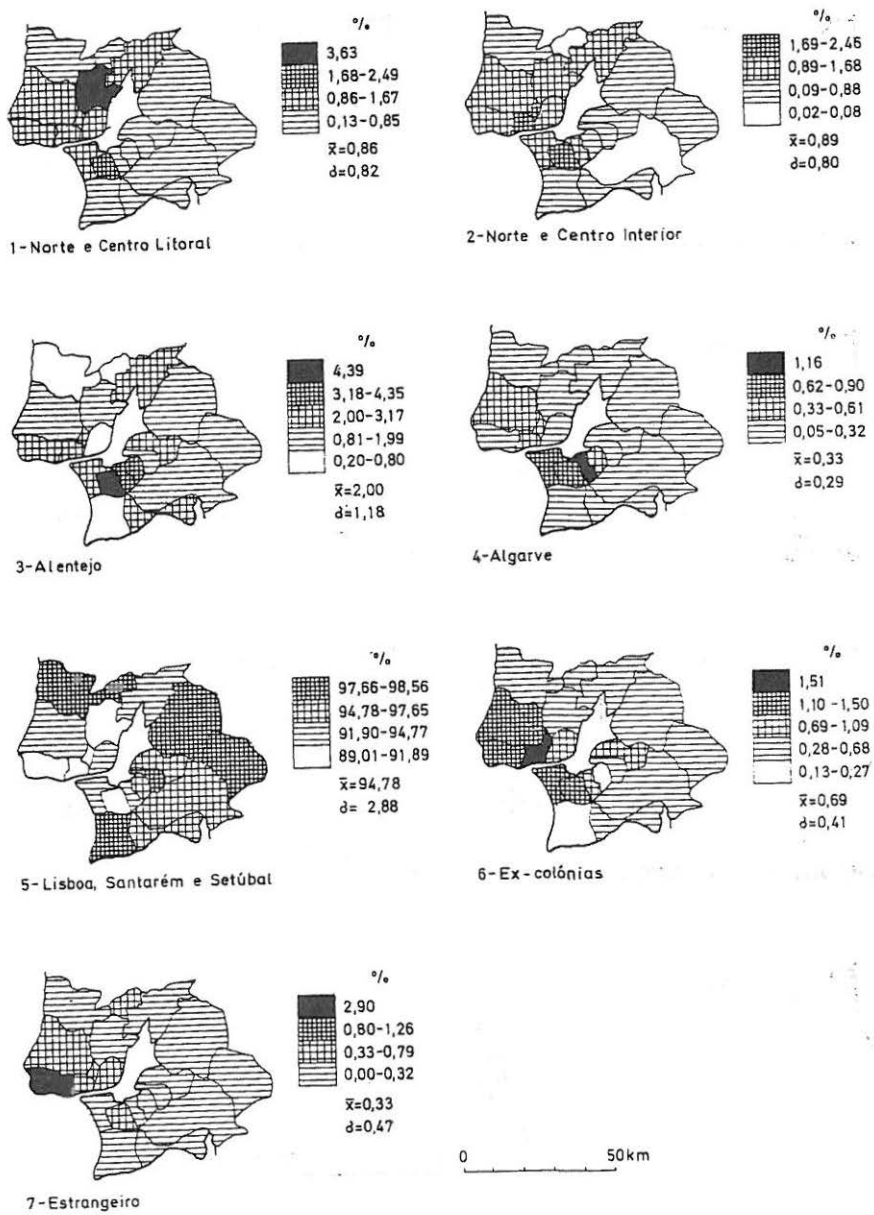


FIG. 5 — População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1970, por regiões de residência em 1965

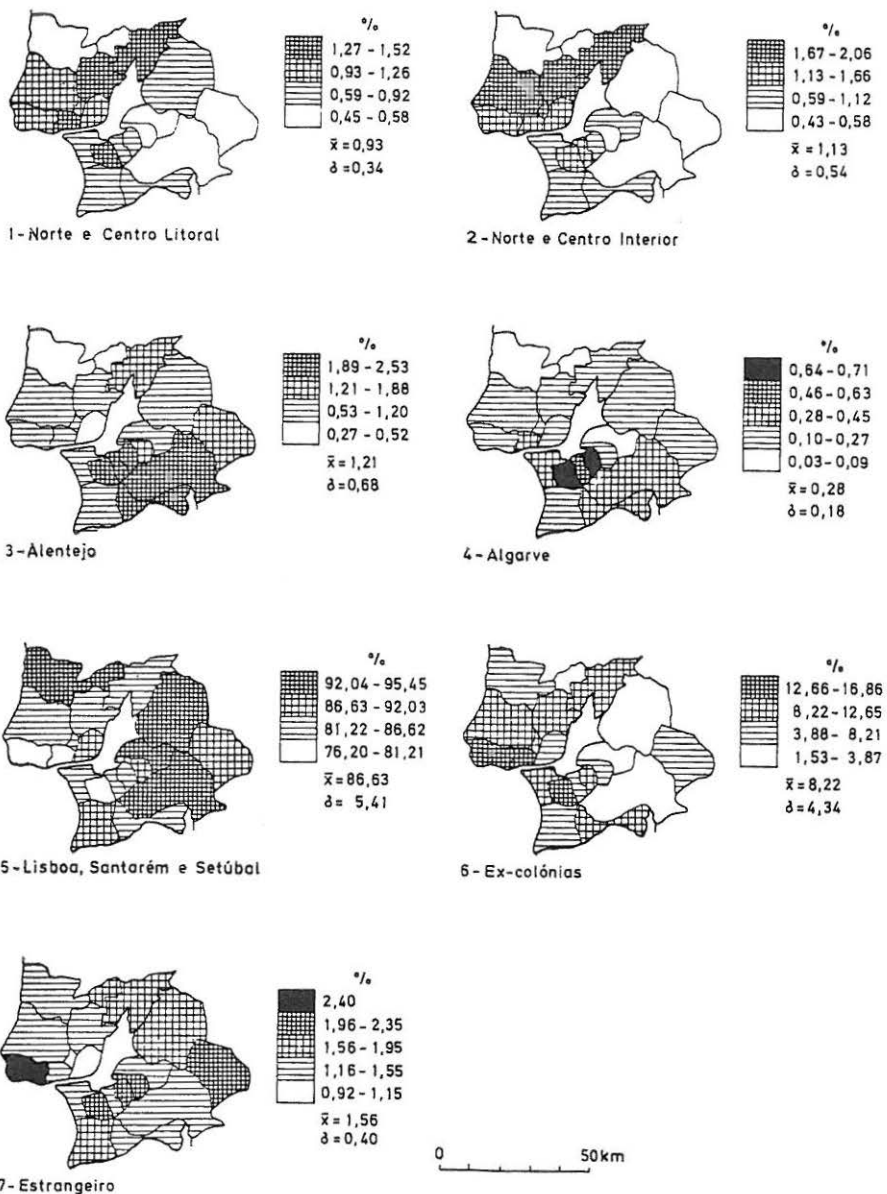


FIG. 6 — População residente na Área Metropolitana de Lisboa, em 1981, por regiões de residência em 31 de Dezembro de 1973

Vencida a distância geográfica, numa sociedade cada vez mais segmentada e mais móvel, permanece a distância social como o principal agente diferenciador dos espaços.

3. A VINDA PARA LISBOA: o tempo e o modo

As causas das migrações inter-regionais da população activa são fundamentalmente de natureza económica: os trabalhadores deslocam-se para áreas onde pensam que podem ganhar mais, ter mais hipóteses de promoção profissional, enfim, ter melhores condições de vida e de trabalho.

No entanto, a percepção das diferenças de oportunidades em cada lugar apresenta-se, em muitos casos, afastada da realidade, porque está fortemente dependente da quantidade e qualidade da informação que cada migrante potencial possui.

Deste modo, o processo migratório é fortemente influenciado pelos contactos pessoais de cada indivíduo (viagens, cartas de emigrantes anteriores, conversas com amigos que já conhecem esses lugares, etc.) e ainda, embora em menor grau, por informações obtidas através dos jornais, da rádio e da televisão¹³.

As migrações da população sem actividade económica (crianças, estudantes, mulheres domésticas e reformados) têm natureza diferente e são induzidas, quase sempre, pelas deslocações dos seus familiares que exercem uma profissão.

As crianças e os jovens até aos 15-16 anos de idade, e mesmo até mais tarde, não têm papel activo na decisão de migrar; limitam-se a acompanhar os pais.

A mobilidade geográfica das mulheres domésticas que são casadas está também muito dependente da migração dos maridos e, quando os cônjuges, antes do casamento, residiam em regiões diferentes, a migração ocorre nessa altura ou pouco tempo depois.

Os estudantes, sobretudo os do ensino superior, são obrigados a emigrar temporariamente para o lugar onde se localiza o estabelecimento de ensino que pretendem frequentar. Após a conclusão dos cursos, muitos acabam por se fixar nessas localidades, quer por aí poderem encontrar mais facilmente um emprego compatível com as suas habilitações escolares e terem

¹³ Os contactos pessoais são sobretudo importantes para a população de menores recursos económicos e com níveis de instrução mais baixos.

mais oportunidades de promoção profissional, quer pela maior diversidade de equipamentos culturais, recreativos e desportivos que podem utilizar nos seus tempos livres e ainda pela variedade e qualidade do comércio e outros serviços pessoais e colectivos, que não encontram nas regiões de origem.

Os reformados, por vezes, regressam à terra de proveniência ou, os mais ricos, estabelecem-se em áreas mais atractivas do ponto de vista ambiental (climas mais quentes, proximidade de praias, etc.).

No inquérito que fizémos na A.M.L. tivémos oportunidade de identificar alguns dos principais factores de variação dos motivos que influenciaram a vinda para a região da Capital de tantos milhares de imigrantes que nela residem actualmente.

Como vemos no quadro 1, o motivo principal da vinda para a A.M.L. é a procura de trabalho e de melhores condições de vida (27,0%). Em segundo lugar surge a migração induzida pela vinda de familiares (21,5%) e, em terceiro, o casamento (18,2%).

QUADRO 1 — Principal motivo da migração para a A.M.L. (%)

| <i>Motivos</i> | <i>Mulheres</i> | <i>Homens</i> | <i>Mulheres e Homens</i> |
|-------------------------------|-----------------|---------------|--------------------------|
| Casamento | 23,8 | 11,6 | 18,2 |
| Migração de familiares | 26,7 | 15,6 | 21,5 |
| Emprego e melhoria cond. vida | 19,8 | 35,2 | 27,0 |
| Proximidade do emprego | 3,6 | 8,0 | 5,7 |
| Melhor habitação | 2,8 | 2,2 | 2,5 |
| Compra de casa própria | 2,7 | 1,5 | 2,1 |
| Ficar mais perto da família | 3,9 | 4,1 | 4,0 |
| Estudar | 2,7 | 4,4 | 3,5 |
| Descolonização | 5,7 | 6,3 | 6,0 |
| Outros motivos | 8,3 | 10,9 | 9,6 |

Entre os restantes motivos citados, apenas a descolonização dos antigos territórios africanos, a maior proximidade do emprego e o grupo residual que designámos por «outros motivos» (factores muito diversificados e com fraca representação individual) têm frequências relativas superiores a 5%. No entanto, verificam-se grandes diferenças nas causas da mobilidade geográfica dos homens e das mulheres, particularmente daquelas que não exercem uma profissão.

A migração de familiares é o motivo mais citado pela população feminina (26,7%); logo a seguir, vem o casamento (23,8%); a procura de emprego

e de melhores condições de vida ocupa o terceiro lugar (19,8%). Pelo contrário, 35,2% dos homens apontam como causa da vinda para a A.M.L. a procura de trabalho, 15,6% referem a vinda da família e apenas 11,6% indicam o casamento.

O grupo socioprofissional e o grau de instrução são também importantes factores de variação dos motivos da vinda para a A.M.L..

A procura de trabalho e de melhores condições de vida é o factor referido com maior frequência pelos operários da construção civil e das indústrias transformadoras, empregados não qualificados da administração, comércio e serviços e isolados do sector terciário.

A migração de familiares é a causa mais importante para os patrões, gestores e quadros do terciário, empregados qualificados da administração, comércio e serviços (para estes últimos, em igualdade de posição com as razões ligadas ao emprego), e quadros e técnicos da indústria.

O casamento é o motivo mais citado pelas mulheres domésticas (30,7% dos casos); logo a seguir coloca-se a migração de familiares (29,4%, enquanto as razões ligadas ao trabalho foram responsáveis pela vinda de apenas 11,5%.

A localização do emprego é também uma causa de mobilidade geográfica relativamente importante para os operários da construção civil (14,3%), isolados do sector terciário e ainda do grupo que inclui os professores.

A frequência de estabelecimentos escolares é um dos principais factores da migração para Lisboa dos quadros médios, profissões liberais e professores (20,3%), o que sugere que seja sobretudo importante o acesso aos graus superiores de ensino.

No que se refere às relações entre as habilitações académicas e os motivos de mudança de residência para a Área Metropolitana, verifica-se que a procura de trabalho e de melhores condições de vida é o factor mais importante para as pessoas com níveis de instrução mais baixos. O prosseguimento dos estudos é a causa indicada com maior frequência pelos indivíduos com curso superior (29,5%) e, nos restantes casos, o motivo mais citado é a migração de familiares.

No grupo das pessoas que têm um curso médio ou frequentaram o ensino superior (16,4%), a descolonização sobressai entre os motivos mais importantes da vinda para a A.M.L., facto que constitui um indicador da «sobrequalificação» relativa dos retornados.

A análise dos motivos da vinda para Lisboa da população inquirida, por grupos socioprofissionais e graus de instrução, permite ainda concluir que, nos indivíduos com níveis socioeconómicos superiores, (se exceptuarmos o caso das mulheres casadas cuja mudança de residência foi motivada pela migração anterior do marido), a maior frequência relativa das migrações

provocadas pela vinda de familiares, indica que o tempo de residência na A.M.L. é um importante factor de ascensão social, pois aqueles que se fixaram antes da idade activa têm, em média, maiores qualificações e pertencem a grupos socioprofissionais de nível mais elevado.

4. AS TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS

As transformações na estrutura económica conduzem a mudanças na composição profissional da população activa e, por isso, são importantes factores de mobilidade profissional.

As migrações internas das áreas rurais para as áreas urbanas e a emigração são importantes agentes de transformação da estrutura sectorial do emprego ao nível nacional e regional, porque a mobilidade geográfica é muitas vezes determinada por factores ligados ao trabalho e, por isso, encontra-se quase sempre associada a uma mudança de actividade ou de profissão.

A partir dos resultados do inquérito que efectuámos na A.M.L. foi possível identificar algumas das trajectórias profissionais mais importantes dos grupos com maior representação relativa, na passagem da primeira para a segunda e da anterior profissão para a actual.

Em linhas gerais, a transição faz-se sucessivamente da agricultura para a indústria e construção civil e destas para o sector terciário. No entanto, dada a elevada percentagem do emprego nas profissões subalternas da administração, comércio e serviços, e o baixo nível de qualificação exigido para o desempenho de grande parte destas funções, existem muitos fluxos directos do sector agrícola para o terciário.

Os activos que iniciaram a sua actividade profissional na agricultura (assalariados, campesinato e não remunerados), são, na maioria dos casos, empregados não qualificados do comércio e serviços.

O proletariado da construção civil que mudou de actividade trabalha actualmente na indústria ou, como alguns dos antigos operários do sector industrial, desempenham cargos subalternos no terciário (capatazes, porteiros, contínuos, vigilantes, etc.).

Entre os trabalhadores dos serviços, embora existam alguns casos raros de passagem à situação de operário, sobretudo para os estratos menos qualificados e pior remunerados, as situações mais frequentes correspondem à mobilidade dentro do próprio sector:

- 1) Transição de assalariado para trabalhar por conta própria ou pequeno patrão, fundamentalmente nos ramos do comércio, restaurantes e similares

e dos serviços pessoais — cabeleireiros, modistas, motoristas de táxi, serviços de reparação diversas, etc.. No entanto, deve salientar-se que há também percursos no sentido inverso.

2) Passagem do sector privado para o sector público porque a um emprego «no Estado» associa-se maior segurança, estabilidade e mais possibilidades de ascensão social através de promoções dentro da carreira.

3) Mudanças de categoria ou de situação profissional dentro do mesmo ramo e até na mesma empresa ou estabelecimento, através de promoções conseguidas à custa de antiguidade, formação profissional ou aumento do nível de instrução. Como exemplos podemos referir a transição de trabalhador subalterno a empregado qualificado ou com funções de chefia e ainda de técnico a quadro superior.

4) No caso das mulheres, por razões que se prendem com a organização do trabalho doméstico, após o casamento ou o nascimento dos filhos, muitas, vindas de todos os tipos de actividades, passam à situação de domésticas.

5. AS GERAÇÕES E O TERRITÓRIO

As estruturas profissionais e sociais vão-se transformando no tempo e no espaço. Os activos agrícolas têm vindo a diminuir: na indústria, as «profissões terciárias» (ligadas à administração, investigação, informação, controlo de qualidade, publicidade e pesquisa de mercados) são cada vez mais importantes e, dentro dos ramos de actividades tradicionalmente englobadas no sector terciário, operam-se também grandes adaptações que se traduzem por importantes inovações tecnológico-organizativas e diferentes taxas de crescimento dos ramos que o constituem.

As modificações na composição socioprofissional da população têm sido acompanhadas por um aumento progressivo dos níveis de escolaridade dado que para responder às necessidades de maior qualificação da força de trabalho, ao problema do desemprego dos jovens e à exploração do trabalho infantil torna-se necessário aumentar os tempos mínimos de escolaridade e alargar os caminhos de acesso aos graus de ensino médio e superior.

Esta evolução traduz-se, ao nível individual, pela mobilidade socio-profissional e social entre gerações. No entanto, estudos feitos por diversos autores, em vários países¹⁴, concluem que a posição social de um indivíduo

¹⁴ A primeira grande obra sobre a mobilidade social é a de SOROKIN, 1927. Recentemente, salientam-se os trabalhos de: BERTAUX, 1977; BOUDON, 1979; BOURDIEU e PASSERON, 1985; GIROD, 1977; COLTHORPE et al., 1986; e THÉLOT, 1985.

está ainda fortemente dependente da sua origem familiar e, em certa medida, da sua origem geográfica.

O grau de instrução e, de forma mais genérica, o nível cultural de um indivíduo é uma componente muito importante para definir a sua posição social, pois, o desenvolvimento das sociedades economicamente mais avançadas conduziu a uma dependência cada vez maior da actividade profissional e do estatuto social em relação às habilitações escolares. Assim sendo, à primeira vista, parecia lógico esperar um enfraquecimento notável da relação entre o estatuto adquirido e a origem social. No entanto, deve notar-se, que nem todas as pessoas com graus académicos e qualificações profissionais semelhantes têm as mesmas oportunidades de acesso a determinadas profissões ou cargos. Isto é, apesar de o grau de instrução ser indiscutivelmente um importante veículo de ascensão social, estudos empíricos efectuados em diferentes países, nomeadamente em França, demonstraram que a teia de relações de amizade e de contactos de um indivíduo, no dizer de BOURDIEU, «podem ajudá-lo a valorizar o seu capital económico ou cultural, mobilizando os recursos de um grupo» (BOURDIEU, 1980, citado por GOLLAC e LAULHÉ, 1987, p. 96). Além disso, a proveniência de uma família com um estatuto social elevado, nos casos em que o nível de instrução é baixo, exerce uma função protectora em relação à mobilidade social descendente.

No processo de hereditariedade e mobilidade social importa ainda salientar a possibilidade de conversão das diferentes componentes do estatuto social na passagem de uma geração para outra. Ou seja, níveis elevados de escolaridade e, por conseguinte, do capital cultural permitem aceder a cargos ou actividades melhor remunerados, aumentar os rendimentos e, por essa via, transformar o capital escolar em capital económico — propriedade de meios de produção. Do mesmo modo, embora menos frequentemente, a existência de rendimentos familiares elevados facilita o aumento do grau de instrução e a ascensão social dos filhos.

A origem geográfica, embora intimamente associada com a origem social pode também exercer alguma influência sobre a carreira profissional e, por conseguinte, no estatuto social dos indivíduos. Desigualdades na oferta escolar e diferenças na estrutura do emprego e composição social dos habitantes de cada território, têm reflexos importantes nas oportunidades de acesso a qualificações médias e superiores e até mesmo na definição dos projectos e ambições dos jovens em termos escolares e profissionais.

5.1. *Origem social, grau de instrução e condição socioprofissional*

Para ver em que medida a origem familiar constitui factor condicionante da posição social de cada indivíduo, construímos tabelas de contingências que relacionam o grau de instrução e o grupo socioprofissional dos activos que constituem a nossa amostra, com o dos respectivos pais.

Como vemos nos quadros 2 e 3, apesar de ter havido um aumento geral dos níveis de escolaridade, de uma geração para outra, existem grandes desigualdades no acesso aos graus de ensino superior. Isto é, os destinos pessoais são fortemente marcados pela origem familiar.

QUADRO 2 — Graus de instrução de pais e filhos — os destinos escolares em função da origem (população activa)

| <i>Grau de instrução do pai</i> | <i>Grau de instrução do filho (%)</i> | | | | | | | <i>Total</i> |
|--------------------------------------|---------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|--------------|
| | <i>1</i> | <i>2</i> | <i>3</i> | <i>4</i> | <i>5</i> | <i>6</i> | <i>7</i> | |
| 1-Sem 4. ^a classe | 17,0 | 61,0 | 8,6 | 7,0 | 3,6 | 0,6 | 2,2 | 100,0 |
| 2-Com 4. ^a classe | 3,4 | 32,3 | 15,5 | 22,5 | 13,2 | 5,3 | 7,9 | 100,0 |
| 3-Ensino Preparatório | 0,0 | 0,0 | 11,1 | 33,3 | 22,2 | 16,7 | 16,7 | 100,0 |
| 4-Ensino Secundário Unificado | 0,0 | 7,4 | 9,3 | 24,1 | 18,5 | 13,0 | 27,8 | 100,0 |
| 5-Ensino Secundário Complementar | 0,0 | 3,0 | 6,1 | 27,3 | 24,2 | 15,2 | 25,2 | 100,0 |
| 6-Curso Médio ou freq. Ens. Superior | 0,0 | 0,0 | 4,6 | 18,2 | 18,2 | 22,7 | 36,4 | 100,0 |
| 7-Curso Superior | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 13,0 | 10,9 | 19,6 | 56,5 | 100,0 |
| TOTAL | 7,67 | 38,7 | 11,1 | 16,8 | 9,6 | 5,9 | 10,3 | 100,0 |

Assim, na nossa amostra, 78% dos filhos de pais sem instrução primária possuem habilitações escolares iguais ou inferiores à quarta classe e apenas 2,2% são licenciados. Em contrapartida, os descendentes de pais com um curso superior têm todos, no mínimo, o ensino secundário unificado, 19,6% possuem um curso médio ou frequentaram a Universidade e 56,5% concluíram a licenciatura. As situações intermédias são aquelas que apresentam maior mobilidade.

Todavia, em Portugal, tal como noutros países da Europa e nos E.U.A. tem-se registado um aumento global das taxas de crescimento do número de alunos que frequentam o ensino médio e superior, provenientes de grupos sociais com níveis de escolaridade mais baixos. A confirmar este facto, no quadro 3 pode ver-se que, embora a população activa com graus de instrução

QUADRO 3 — Graus de instrução de pais e filhos: o recrutamento dos diferentes níveis de ensino

| <i>Grau de instrução do pai</i> | <i>Grau de instrução do filho (%)</i> | | | | | | | <i>Total</i> |
|---|---------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|--------------|
| | <i>1</i> | <i>2</i> | <i>3</i> | <i>4</i> | <i>5</i> | <i>6</i> | <i>7</i> | |
| 1-Sem 4. ^a classe | 79,2 | 58,2 | 27,2 | 14,8 | 12,3 | 3,6 | 7,6 | 35,7 |
| 2-Com 4. ^a classe | 20,8 | 40,4 | 64,0 | 62,7 | 58,5 | 44,6 | 35,3 | 46,9 |
| 3-Ensino Preparatório | 0,0 | 0,0 | 1,8 | 3,6 | 3,8 | 5,4 | 2,9 | 1,8 |
| 4-Ensino Secundário Unificado | 0,0 | 1,1 | 4,4 | 7,7 | 9,4 | 12,5 | 14,3 | 5,5 |
| 5-Ensino Secundário Complementar | 0,0 | 0,3 | 1,8 | 5,3 | 7,5 | 8,9 | 7,6 | 3,3 |
| 6-Ensino Médio ou freq. Ensino Superior | 0,0 | 0,0 | 0,9 | 2,4 | 3,8 | 8,9 | 7,6 | 2,2 |
| 7-Curso Superior | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,6 | 4,7 | 16,1 | 24,8 | 4,6 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

mais elementar seja recrutada, na sua maioria, nos grupos sociais mais marginais em termos de qualificação escolar, 42,9% da população licenciada que inquirimos tem um pai que possui apenas o ensino primário, por vezes incompleto, ou é analfabeto.

O aumento da taxa de frequência das escolas secundárias e superiores dos alunos provenientes das classes médias e mais débeis do ponto de vista económico e social, associado à relação entre estatuto social e habilitações escolares deveria consuzir à diminuição da influência da origem familiar no estatuto social.

No entanto, na prática isso não se verifica, porque, embora haja uma melhoria generalizada do nível de vida de uma geração para outra, as distâncias entre os diferentes grupos sociais tendem a manter-se. Isto é, um filho de um operário analfabeto ou com a quarta classe tem grandes hipóteses de ter um grau de instrução superior ao do seu pai, mas as probabilidades de concluir um curso universitário, em comparação com as de um filho de um quadro ou técnico superior, são iguais ou pouco diferentes das da geração do seu ascendente. Além disso, as possibilidades de aceder a uma categoria socioprofissional superior à do seu progenitor, na maioria dos casos, também não diferem muito das dele.

A permanência (ou ligeira diminuição) destas desigualdades prende-se com três factores essenciais:

1) O sucesso ou insucesso escolar está intimamente associado com o nível de instrução dos pais e, por isso, mesmo que todos os indivíduos tives-

sem iguais oportunidades de ingresso nos diferentes níveis de ensino, a variação das taxas de aproveitamento escolar com o capital cultural da família de origem é, por si só, um importante factor de desigualdade.

Contudo, é importante salientar que a relação entre o sucesso escolar dos filhos e as habilitações escolares dos pais diminui fortemente nos níveis de ensino mais elevado. Ou seja, a passagem em «filtros» cada vez menos «porosos» reduz progressivamente as diferenças de aproveitamento entre os indivíduos provenientes de grupos sociais distintos (BOUDON, 1979; BOURDIEU e PASSERON, 1985).

2) O aumento médio dos níveis de escolaridade conduz à sua banalização/desvalorização e, por conseguinte, o grau de instrução exigido para desempenhar uma determinada profissão vai sendo progressivamente maior. — É por isso que habilitações académicas superiores às dos pais não são condição suficiente para aceder a um cargo ou profissão mais qualificada ou melhor remunerada que a dos seus progenitores.

3) Além disso, como já referimos, a teia de relações sociais da família é também um poderoso agente de desigualdade de oportunidades, não só para níveis de instrução equivalentes, mas também pelo efeito de protecção que exerce nos casos em que as habilitações escolares dos filhos são inferiores às dos pais, diminuindo bastante a mobilidade social descendente.

A análise da relação entre os grupos socioprofissionais dos pais e o grau de instrução dos filhos permite verificar que a frequência relativa das pessoas com graus de ensino mais elevados tende a ser substancialmente maior para os filhos dos grupos sociais hierarquicamente superiores, sobretudo dos quadros e técnicos e empregados qualificados da administração, comércio e serviços, do que entre os assalariados da agricultura, camponeses e empregados subalternos com profissões terciárias.

De igual modo, os filhos de pais com níveis de instrução elevados têm maior representação relativa nos grupos socioprofissionais com mais prestígio social e maior qualificação, enquanto os descendentes de população com habilitações escolares iguais ou inferiores à quarta classe são, na maior parte dos casos, operários ou assalariados não qualificados do sector terciário.

Instrumentos de análise importantes nos estudos de mobilidade social, são também as tabelas de mobilidade socioprofissional. Todavia, é necessário tomar em conta que a situação profissional e social dos indivíduos vai evoluindo ao longo da sua vida activa e, por isso, as comparações de grupos socioprofissionais de gerações diferentes, para terem sentido devem referir-se a momentos equivalentes da carreira dos pais e dos filhos.

Além disso, na comparação destas tabelas levantam-se ainda problemas resultantes não só de os agrupamentos profissionais considerados terem um

forte grau de heterogeneidade interna (donde resulta que a constituição do mesmo grupo apresente variações importantes ao nível regional), mas também de à mesma categoria poderem corresponder posições hierárquicas diferentes nos dois momentos de referência.

Apesar destas limitações pensamos que a comparação da estrutura socioprofissional da população que inquirimos na A.M.L. e dos respectivos ascendentes dá uma imagem global dos principais canais de comunicação e das barreiras mais absorventes.

Antes de mais importa salientar as diferenças na representação relativa de cada grupo socioprofissional na geração dos pais e dos filhos: as classes ligadas à agricultura, por se tratar de uma área urbana, não aparecem representadas no universo de análise, mas têm grande peso na geração anterior, facto que deriva de uma elevada fracção dos activos da A.M.L. ser natural ou ter raízes em regiões rurais; os operários da indústria e da construção civil perdem importância em favor das profissões terciárias, e no sector dos serviços há também modificações importantes.

A maioria dos descendentes de assalariados e isolados da agricultura são operários ou trabalhadores subalternos da administração, comércio e serviços; os filhos de operários desempenham uma função equivalente à dos pais ou exercem uma profissão terciária com baixo nível de qualificação; os activos provenientes do grupo dos empregados da administração, comércio e serviços apresentam índices de inércia bastante elevados: a percentagem de operários é relativamente fraca e são frequentes as situações de mobilidade ascendente, isto é, passagem de assalariados com funções subalternos a empregados qualificados e desta última categoria à situação de quadro ou técnico superior. Os descendentes dos patrões, gestores, quadros e técnicos que pertencem a um grupo socioprofissional diferente do dos pais distribuem-se maioritariamente pelas categorias mais qualificadas do sector terciário. No entanto, a percentagem de assalariados subalternos da administração, comércio e serviços, sobretudo no caso dos filhos dos técnicos, professores e profissões liberais, é ainda bastante elevada (19,7%), mas, em contrapartida, as situações de passagem a operário são insignificantes. Finalmente, a população activa que provém dos trabalhadores por conta própria da indústria e do terciário apresenta uma distribuição socioprofissional semelhante à dos descendentes de assalariados do sector dos serviços.

Estes resultados, mesmo tomando em conta as limitações da informação de base, permitem concluir que, no nosso universo de análise, a mobilidade socioprofissional, sobretudo nas classes médias, é relativamente elevada.

Por se tratar de uma área de forte imigração com origem em regiões rurais, um dos movimentos mais importantes e com uma ligação muito estreita

à mobilidade geográfica, é a transição da agricultura, principalmente da situação de assalariado ou isolado, a operário ou a empregado não qualificado da administração, comércio e serviços.

A passagem de operário a assalariado do terciário é também bastante frequente, mas os movimentos em sentido inverso são relativamente raros: nos serviços, a mobilidade (ascendente e descendente) tende a processar-se dentro do mesmo sector e, por conseguinte, a função protectora da família, nos casos de descida na hierarquia socioprofissional, actua principalmente como uma barreira que impede a passagem a operário.

Na análise da tabela de mobilidade profissional de pais para filhos deve ainda salientar-se que a mobilidade descendente está sobreavaliada, em virtude de muitos dos inquiridos, sobretudo do sector terciário, por serem bastante jovens, não terem ainda uma situação profissional estabilizada.

Como nota final, importa notar que apesar do aumento dos graus de instrução, do nível médio de vida e da intensificação da mobilidade socio-profissional entre gerações, a estrutura social tende também a tornar-se cada vez mais segmentada e, por isso, o principal factor de mudança é de natureza estrutural e a expansão ou declínio de determinadas situações profissionais implica reajustamentos na hierarquia social.

5.2. *Origem geográfica e posição social*

Além da origem familiar, o lugar de nascimento ou de residência é também um factor condicionante do destino pessoal de cada indivíduo — as diferenças de desenvolvimento regional são, só por si, geradores de desigualdades.

Um filho de um empregado não qualificado da administração, comércio e serviços que resida em Lisboa, Porto ou Coimbra ou qualquer outro centro urbano onde exista uma universidade tem muito mais possibilidades de ingressar no ensino superior do que terá um indivíduo em idênticas condições que habite, por exemplo, em Miranda do Douro, Trancoso ou Barrancos, pois os custos adicionais da deslocação são incomportáveis para a maioria das famílias nessa situação. Além disso, mesmo para os níveis de ensino preparatório e secundário, no nosso País, ainda há menos de vinte anos eram raras as sedes de concelho afastadas das áreas mais desenvolvidas do litoral onde existiam escolas oficiais.

A estrutura económica e social e, por conseguinte, o mercado de trabalho local e a valorização relativa de cada categoria profissional em cada região, são também factores de desigualdade, não só porque limitam as oportunidades de escolha e a concretização de algumas carreiras profissionais, como condicionaram à partida o despontar do interesse por determinados actividades.

A distribuição dos 2250 indivíduos residentes na A.M.L., que constituem a nossa amostra¹⁵, por regiões de naturalidade, graus de instrução e grupos socioprofissionais, permite ilustrar os aspectos atrás referidos.

Os habitantes originários da A.M.L., particularmente da cidade de Lisboa, e os das ex-colónias possuem, em média, níveis de instrução bastante superiores aos restantes. Além disso, a população proveniente das regiões mais desenvolvidas do Norte e Centro Litoral tem, regra geral, qualificações superiores aos que nasceram no Norte e Centro Interior e no Alentejo.

A distribuição por grupos socioprofissionais e regiões de origem, dada a intensa relação existente entre qualificação escolar e profissão apresenta-se também fortemente contrastada. Os quadros e técnicos superiores, professores, activos de profissões liberais e os empregados qualificados da administração, comércio e serviços, registam as maiores taxas de ocorrência entre os habitantes naturais da A.M.L., sobretudo da cidade de Lisboa, das ex-colónias e ainda do Norte e Centro Litoral. Os operários têm maior representação relativa no Sul do que no Norte, mas, inversamente, a percentagem de imigrantes nortenhos que desempenham funções subalternas no comércio, e serviços é bastante superior à dos alentejanos.

A distribuição dos 2250 inquiridos por territórios de naturalidade e o grupo socioprofissional do respectivo pai, mostrou que as diferenciações regionais são ainda mais marcadas: além dos contrastes já assinalados, pôde ainda verificar-se a forte representação das profissões ligadas à agricultura nas áreas mais marginais do Interior e Sul do País, bem como as diferenças nas estruturas agrárias daqueles territórios, representadas pelo peso desigual dos assalariados e dos isolados do sector agrícola.

6. NOTA FINAL

A análise dos percursos dos 2250 indivíduos por nós inquiridos, apesar de não abranger todas as situações existentes, permitiu verificar que as modificações estruturais que estiveram na origem das migrações para Lisboa, se traduziram, ao nível individual, por itinerários geográficos e socioprofissionais muito diferenciados.

A interferência de factores individuais prende-se fundamentalmente com o sucesso escolar, dado que o grau de instrução adquirido é, de forma mais ampla, o capital cultural de cada indivíduo constitui um dos principais ele-

¹⁵ Considerou-se apenas a população activa com profissão, as domésticas e os reformados.

mentos definidores do seu estatuto social e, por esse facto, é um dos veículos preponderantes de ascensão ou descida na hierarquia social. Contudo, demonstrou-se também que os indivíduos com origens sociais idênticas não têm necessariamente o mesmo tipo de percurso. A diferenciação, a este nível, relaciona-se nitidamente com a origem geográfica, associada ao leque de oportunidades que os diferentes contextos regionais abrem aos indivíduos e que lhes permite, ou não, ultrapassar as limitações impostas pela sua origem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTAUX, D. (1978) — *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.
- BOUDON, R. (1979) (3.^a ed.) — *L'Inégalité des Chances*, Paris, A. Colin.
- BOURDIEU, P. (1979) — *La Distinction*, Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1980) — «Le capital social», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 31, Janvier.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, Jean-Claude (1985) — *Les Héritiers*, Paris, Éditions de Minuit.
- FINDLAY, A. M. (1988) — «From settlers to skilled transients: the changing structure of British international migration», *Geoforum*, 19 (4), p. 401-411.
- FONSECA, M. Lucinda (1988) — *População e Território — do País à Área Metropolitana*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa (em publicação na colecção Memórias do Centro de Estudos Geográficos).
- GIROD, R. (1977) — *Inégalité — Inégalités — Analyse de la mobilité sociale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- GOLDTHORPE, J. H. et al. (1986) — *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- GOLLAC, M. e LAULHÉ, P. (1987) — «Les composants de l'hérédité sociale — un capital économique et culturel à transmettre», *Économie et Statistique*, Maio-Junho, p. 95-105.
- GOULD, W. T. S. (1988) — «Skilled international labour migration: an introduction», *Geoforum*, 19 (4), p. 381-385.
- INE: CCR ALENTEJO (1990) — *Perspectivas de Evolução da população Portuguesa 1980-2000*, Lisboa, INE.
- OWEN, D. W. e GREEN, A. E. (1989) — «Spatial aspects of labour mobility in the 1980s», *Geoforum*, 20 (1), p. 107-126.
- PIRES, R. Pena et al. (1987) — *Os Retornados — um Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- RIBEIRO, O. (1971) — «A Grande Debandada», *Diário de Notícias*, Lisboa, 8-10-1971.

- SALGUEIRO, T. Barata (1983) — «Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de Lisboa», Separata do *Boletim Cultural*, n.º 89, II Tomo. Assembleia Distrital de Lisboa.
- SALT, J. (1988) — «Highly-skilled international migrants, careers and internal labour markets», *Geoforum*, 19 (4), p. 387-399.
- THÉLOT, C. (1985) (2.ª ed.) — *Tel Père, tel Fils? — Position Sociale et Origine Familiale*, Paris, Dunod.
- THOMAS-HOPE, E. M. (1988) — «Caribbean skilled international migration and the transnational household», *Geoforum*, 19 (4), p. 423-432.
- WEISS, P. (1986) — *La Mobilité Sociale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- WHITE, P. (1986) — «International migration in the 1970s: revolution or evolution?» em FINDLAY, Allan e WHITE, Paul (eds.), *West European Population Change*, London, Croom Helm, p. 50-80.
- WHITE, Paul (1988) — «Skilled international migrants and urban structure in Western Europe», *Geoforum*, 19 (4), p. 411-422.